

ATA DA DUCENTÉSIMA NONAGÉSIMA QUARTA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL DA COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO – CONAB

Aos seis dias do mês de março de dois mil e vinte, às 9 horas, no Edifício Sede da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), realizou-se a **294^a** (ducentésima nonagésima quarta) **Reunião Ordinária**, correspondente ao mês de fevereiro de 2020, do Conselho Fiscal (Confis) da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), Empresa Pública Federal, constituída nos termos da Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990, situada no SGAS, Quadra 901, Conjunto A, nesta cidade de Brasília, Distrito Federal, **NIRE/NIRC n.º 5350000093-3, CNPJ n.º 26.461.699/0001-80**. Estiveram presentes os Srs. Conselheiros: **Felipe Soares Ludovice**, representante titular do Ministério da Economia (ME); **Fernando Henrique Kohlmann Schwanke e Lúcia Aída Assis de Lima**, representantes titulares do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). E, para prestar esclarecimentos, os Srs.: **Rafael Ferreira Fontes**, Técnico lotado na Superintendência de Gestão de Riscos, Conformidade e Controles Internos (Sucor); **Jorge Correia Oliveira Júnior**, Superintendente de Estratégia e Organização (Suorg); **Goiazires da Silva Borges**, Superintendente de Contabilidade (Sucon); e **Daniel Santana Abreu**, Gerente de Auditoria (Geaud/Audin). Foi escolhida, por unanimidade, para Presidente do Conselho Fiscal, a Conselheira **Lúcia Aída Assis de Lima**. Aberta a reunião, a Presidente deu início à análise da pauta: **1. Conhecimento da Companhia e do setor. 1.1. Apresentação anual institucional com destaque para a conjuntura da atividade econômica em que a Conab está inserida.** O Confis solicitou à Conab adiar a apresentação institucional. **1.2. Conhecimento anual do Planejamento Estratégico e do Plano de Negócios (Ofício Interno Presi nº 95, de 21/2/2020).** O Confis tomou conhecimento do Planejamento Estratégico 2020-2024 e do Plano de Negócios para o exercício 2020, mediante apresentação do Sr. Jorge, Superintendente de Estratégia e Organização. **1.3. Acompanhamento trimestral da execução do Plano de Negócios – 4º trimestre/2019 (Ofício Interno Presi nº 76, de 12/2/2020).** O Confis tomou conhecimento da execução do Plano de Negócios, mediante apresentação do Sr. Jorge, Superintendente de Estratégia e Organização. **2. Fiscalização dos Atos de Gestão. 2.1. Exame mensal das atas das reuniões da Diretoria Executiva (Direx) e do Conselho de Administração (Consad). 2.1.1. Ata da 1.434^a Reunião Ordinária da Direx, de 2/12/2019.** Após exame da referida Ata, o Confis destaca o item 23 - Voto Dipai nº 025/2019 - Processo Administrativo nº 21200.001484/2019-46 - Contratação de empresa especializada (Gartner) na prestação de serviços de aconselhamento e pesquisa imparcial em TIC, por inexigibilidade de licitação, no valor anual de R\$ 657.200,00. O Voto foi retirado de pauta. No entanto, consta que a contratação foi aprovada. O Confis solicita à Conab esclarecimentos. **2.1.2. Ata da 266^a Reunião Extraordinária da Direx, de 5/12/2019.** Após exame da referida Ata, o Confis nada destacou. **2.1.3. Ata da 1.435^a Reunião Ordinária da Direx, de 12/12/2019.** Após exame da referida Ata, o Confis registra que não poderia haver deliberação por não ter atingido o quórum mínimo, em atendimento às orientações do Consad em sua 201^a Reunião Ordinária, de 26/10/2017, no sentido de que as reuniões da Direx só podem deliberar assuntos na presença da maioria de seus membros. **2.1.4. Ata da 1.436^a Reunião Ordinária da Direx, de 16/12/2019.** Após exame da referida Ata, o Confis destaca o item 3 – Cronograma de implementação da nova estrutura da Conab: o cronograma foi



aprovado pela Direx, que solicitou o encaminhamento ao Consad. O Confis solicita à Conab cópia da nova estrutura aprovada, bem como de seu cronograma de implementação. **2.1.5. Ata da 267ª Reunião Extraordinária da Direx, de 19/12/2019.** Após exame da referida Ata, o Confis destaca: **a)** item 2 - Relatório de Perdas e Ganhos de Ações por parte da Procuradoria-Geral (Proge): o Confis solicita à Conab cópia do referido Relatório; **b)** item 4 - Pedidos de Recursos Financeiros (PRFs) com prazo de resposta exíguo: o Sr. Guilherme Soria Bastos Filho, Diretor-Executivo de Política Agrícola e Informações (Dipai), respondendo pela Diretoria Administrativa, Financeira e de Fiscalização (Diafi) solicitou agilidade na tramitação dos PRFs uma vez que têm chegado à Diafi com prazo muito exíguo para apreciação ou até já expirados. A Sra. Pollyana Mendes Fortaleza Alves, Procuradora-Geral esclareceu que esses PRFs em sua maioria, já vêm das Superintendências Regionais com os prazos prestes a expirar. A Direx solicitou que a Proge apresente o levantamento dos PRFs por valores e prazos cíveis e trabalhistas tramitados na Proge a partir de fevereiro/2019, que importem em custos para a Conab. O Confis solicita à Conab: **b.1.)** cópia do levantamento dos PRFs solicitado pela Direx; **b.2.)** adotar providências urgentes, no âmbito da Companhia, com relação à tramitação dos PRFs, de forma que sejam submetidos à apreciação da Diafi dentro do prazo, informando-as ao Conselho Fiscal; **b.3.)** informar quais PRFs foram encaminhados à Diafi com prazos expirados, no período de 1º/1/2019 a 28/2/2020 e quais as consequências advindas; **c)** item 5 - Contrato Sistema de RH – Autorização pela Direx, em caráter emergencial, de contratação pelo prazo máximo de 1 (um) ano. O Confis solicita à Conab: **c.1)** a data de assinatura e o prazo de vigência do referido Contrato; **c.2)** cópia do respectivo parecer jurídico; **d)** item 16 - Voto Diafi nº 070/2019 - Processo Sureg/CE nº 21204.000041/2015-74. Convalidação de atos praticados pela Superintendência Regional do Estado do Ceará na contratação e execução dos serviços de vigilância nas Unidades Armazenadoras e na Sede da Sureg/CE, devendo, em seguida, o Processo ser remetido à Coger para apuração de responsabilidade. O Voto foi aprovado. O Confis registra preocupação quanto ao objeto do Voto, convalidação de atos praticados no decorrer de 4 anos (2016 a 2019), e, por isso, solicita à Conab: **d.1.)** a adoção de providências urgentes no sentido de implementar controles internos que permitam coibir a prática de atos por agente incompetente; **d.2.)** verificar se o mesmo está ocorrendo em outras Unidades; **e)** item 18 - Voto Diafi nº 72/2019 - Processo Sureg/PR nº 21210.000264/2018-03 - Rescisão amigável do Contrato de Vigilância Patrimonial Armada celebrado com a empresa MAC VIGILÂNCIA E SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA, em razão do encerramento das atividades da UA Apucarana/PR em 31/12/2019. O Voto foi aprovado. O Confis solicita à Conab informar se há Parecer Jurídico favorável à rescisão em questão. **2.1.6. Ata da 268ª Reunião Extraordinária da Direx, de 20/12/2019.** Após exame da referida Ata, o Confis nada destacou. **2.1.7. Ata da 1.437ª Reunião Ordinária da Direx, de 26/12/2019.** Após exame da referida Ata, o Confis registra que não poderia haver deliberação por não ter atingido o quórum mínimo, em atendimento às orientações do Consad em sua 201ª Reunião Ordinária, de 26/10/2017, no sentido de que as reuniões da Direx só podem deliberar assuntos na presença da maioria de seus membros. **2.1.8. Ata da 1.438ª Reunião Ordinária da Direx, de 2/1/2020.** Após exame da referida Ata, o Confis registra que não houve deliberações, embora presente a maioria dos membros da Direx. **2.2. Conhecimento mensal das atas das reuniões do Comitê de Auditoria (Coaud).** **2.2.1. Ata da 22ª Reunião Ordinária do Coaud, de 26/11/2019.** Após exame da referida Ata, o

RSC

HA

LAL

Confis destaca: **a)** item 2.2 – Ofício Interno Coaud nº 003/2019 - Solicitação do Coaud da situação de utilização dos imóveis, incluindo: total de imóveis da Conab; total de imóveis que fazem parte do plano de desimobilização; total de imóveis em situação irregular, incluindo plano de ação e atividades para regularização; e comparação trimestral das informações solicitadas. O Confis registra que essas informações já foram solicitadas reiteradamente pelo Colegiado e encontram-se pendentes de atendimento; **b)** item 2.4 – Ofício Interno Coaud nº 005/2019 – Solicitação à Audin para validar se as participações societárias da Companhia, avaliadas em R\$ 7.614 mil no balanço do 3º trimestre de 2019, são realizáveis ou não. O Confis solicita à Audin que encaminhe a sua análise ao Conselho.

2.2.2. Ata da 23ª Reunião Ordinária do Coaud, de 16/12/2019. Após exame da referida Ata, o Confis destaca o item “3. *Elaboração da Nota Técnica de nº 19/2019, referente ao Relatório dos imóveis da Companhia, relativo ao 3º trimestre de 2019 (Ref.CI DIAFI nº.190/2019.)*. Em análise do presente relatório, o Comitê identificou que a Conab possui 188 (cento e oitenta e oito) imóveis no seu acervo patrimonial, dentre este 100 (cem) imóveis encontram-se no plano de desimobilização. E que 44 (quarenta e quatro) imóveis que estão em situação irregular, seja por estarem cedidos, com penhora judicial ou ocupados por terceiros, número este expressivo dentro do acervo patrimonial da Companhia. Destarte que 42 (quarenta e dois) imóveis estão sem previsão de regularização e apenas 2 imóveis se encontram com regularização até junho de 2020 e dezembro de 2022.”. O Conselho Fiscal solicita à Conab cópia da Nota Técnica nº 19/2019.

2.2.3. Ata da 24ª Reunião Ordinária do Coaud, de 17/12/2019. Após exame da referida Ata, o Confis destaca o item “2. *Elaboração da Nota Técnica de nº 18/2019, referente as Demonstrações Financeiras na data-base de 30 de setembro de 2019 (30 trimestre): Em análise das Demonstrações Contábeis, acompanhadas dos relatórios do Auditor Independente e da Audin, relativos ao terceiro trimestre de 2019, este Comitê identificou diversas distorções relevantes que impactam de forma material as demonstrações financeiras, dentre as quais destacamos: a) Falta de contabilização da provisão para contingência no valor de R\$513 milhões; b) Contabilização indevida de ativo contingente no valor de R\$466 milhões; c) Não atualização do passivo atuarial com a Entidade Fechada de Previdência - Cibrius; d) Procedimento utilizado para controle e consolidação dos processos judiciais é descentralizado, manual e realizado em planilhas eletrônicas; aumentando significativamente o risco erros e fraude no controle dos processos; e) Saldo de R\$ 7.657 milhões da conta participações permanentes sem procedimentos / documentações que comprovem a realização dos ativos; f) Não apresentação de estudo de indícios de redução ao valor recuperável dos ativos (impairment) para validação do saldo de R\$145 milhões contabilizado no imobilizado; g) Não apresentação dos procedimentos realizados para validação do saldo de R\$564 milhões da conta de estoque pelo auditor externo; h) Não compliance com a Lei 6.404.”. O Confis solicita à Conab informar as providências adotadas quanto aos pontos destacados pelo Comitê de Auditoria.*

2.3. Conhecimento das atas das reuniões da Assembleia Geral. 2.3.1. Ata da Assembleia Geral Extraordinária, de 13/2/2020. Após exame da referida Ata, o Confis registra que a União votou pela eleição de Lúcia Aída Assis de Lima e Felipe Soares Ludovice para membros titulares do Conselho Fiscal. **3. Desempenho Econômico-financeiro. 3.1. Análise mensal e trimestral dos demonstrativos contábeis: Balanço Patrimonial (BP); Demonstração dos Fluxos de Caixa; Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL); Demonstração do Valor Adicionado (DVA);**

LAZ
FS *JA*

Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) sintética e analítica; e Demonstração do Resultado Abrangente. O Confis destaca que os mencionados Demonstrativos Contábeis englobam tanto as atividades próprias, quanto as operações governamentais. Entretanto, essas últimas não impactam o resultado. **3.1.1. Dezembro/2019 (Ofício Interno Diafi nº 20, de 29/1/2020). Demonstração do Resultado do Exercício (DRE).** A DRE, referente ao mês de dezembro de 2019, mostra que o Resultado Operacional Bruto, no mês, foi positivo em R\$ 1.576 mil. O Resultado Líquido, no entanto, foi negativo em R\$ 8.173 mil. No ano, a Companhia acumulou Resultado Líquido negativo de R\$ 16.625 mil. Destaca-se em dezembro: **a)** a Receita de Vendas e Serviços foi de R\$ 54.670 mil, com a maior parte resultante da venda de estoques estratégicos (R\$ 52.563 mil), enquanto as deduções referentes a tributos e descontos somaram R\$ 475 mil; **b)** O Custo das Mercadorias Vendidas foi de R\$ 84.516 mil, mas a Companhia registrou ganhos com a incorporação de ativos, referente à política de equalização de preços, no valor de R\$ 31.897 mil, o que tornou o custo líquido das vendas e serviços igual a R\$ 52.618 mil; **c)** As Despesas Operacionais da Companhia somaram R\$ 157.857 mil, sendo a mais representativa as despesas com pessoal, que somaram R\$ 122.208 mil. Destaca-se o registro de uma reversão de provisões, no valor de R\$ 36.943 mil, única realizada no ano, e o registro de uma despesa com complementação de previdência, no valor de R\$ 82.154 mil, representando 79,6% do valor anual dessa rubrica. As Despesas Comerciais e Administrativas somaram R\$ 35.648 mil, com destaque para: **c.1)** o registro de despesa com a incorporação de passivos, no valor de R\$ 300.074 mil; **c.2)** o lançamento de variações patrimoniais diminutivas relativas a provisões para riscos trabalhistas e cíveis, no valor de R\$ 492.117 mil; e **c.3)** os registros, contrabalançando os dois anteriores, de R\$ 778.649 mil referente a ganhos com a incorporação de ativos e R\$ 158.922 mil de ganhos com a desincorporação de passivos; **d)** As Receitas Operacionais Diversas somaram R\$ 4.929 mil; e **e)** a conta Outros Resultados somou déficit de R\$ 1.843 mil, com destaque para a despesa com desincorporação de ativos, no valor de R\$ 2.051 mil, referente às baixas dos valores de um entreposto de pesca, localizado em Santos/SP, e de um imóvel da Companhia em Marabá/PA; **f)** O Resultado antes das Subvenções do Tesouro Nacional foi déficit de R\$ 153.193 mil e as Subvenções somaram R\$ 145.020 mil, concluindo os lançamentos para o Resultado Líquido negativo de R\$ 8.173 mil. **Balanco Patrimonial (BP).** O Ativo Total da Companhia encerrou o ano no valor de R\$ 3.550.756 mil, distribuído em uma parte circulante de R\$ 1.435.609 mil e uma não circulante de R\$ 2.115.146 mil. Em relação a 2018, houve mudanças significativas. Naquele ano, o total de ativos encerrou o ano valendo R\$ 1.978.287 mil, sendo R\$ 1.169.173 mil o ativo circulante e R\$ 809.114 mil o não circulante. Destaque para as seguintes alterações: **a)** no Ativo Circulante, foi registrado, em Créditos a Receber por Cessão de Créditos pela União, o valor de R\$ 500.037 mil, sem valor correspondente no ano anterior; **a.1)** os estoques sofreram redução de 37,2%, passando de R\$ 627.842 mil para R\$ 394.468 mil; **b)** no Ativo Não Circulante, a conta Outros Créditos a Receber e Valores a Longo Prazo saltou de R\$ 557.364 mil para R\$ 1.904.552 mil. Dentro dessa conta, estão R\$ 691.556 mil registrados como Recursos da União, que se referem aos valores a receber do OFSS para cobertura da dívida, de igual valor, reconhecida pela Companhia, junto ao instituto de previdência dos funcionários, e R\$ 669.840 mil registrados como Créditos a Receber por Cessão de Créditos, composto por provisão para pagamento de sentenças trabalhistas e cíveis (no valor de R\$ 451.081 mil) e de um ativo relativo à



complementação do contrato de reconhecimento de dívida com o instituto de previdência, no valor de R\$ 218.759 mil, referente à atualização da dívida da Companhia com o Instituto; **b.1)** foi registrada redução ao valor recuperável de investimentos, referente a participações societárias, no valor de R\$ 21.693 mil. Do lado do passivo, as alterações significantes foram as seguintes: **c)** no Passivo Circulante, cujo saldo passou de R\$ 1.604.828 mil para R\$ 1.795.583 mil, o saldo das operações especiais reduziu-se em R\$ 227.725 mil, tornando-se igual a R\$ 909.087 mil; **c.1)** o saldo de obrigações com entidades credoras caiu de R\$ 205.702 mil para R\$ 166.259 mil; e **c.2)** o saldo de obrigações com transferências financeiras a comprovar somou R\$ 502.490 mil, contra valor nulo no ano anterior; **d)** o Passivo Não Circulante sofreu a maior alteração, passando de R\$ 3.939 mil para R\$ 1.402.278 mil, com destaque para o saldo de Provisões a Longo Prazo, que passou de R\$ 3.216 mil para R\$ 491.240 mil, e para o saldo de obrigações com entidades privadas de previdência, no valor de R\$ 910.315 mil, sem valor correspondente em 2018. Por último, o Patrimônio Líquido apresenta-se reduzido pelo resultado líquido negativo do período, no valor de R\$ 16.625 mil, passando de R\$ 369.519 mil para R\$ 352.894 mil.

3.1.1.1. Nota Técnica Audin nº 63/2020 – Análise dos Resultados de Dezembro de 2019 das Atividades Próprias da Companhia (Ofício Interno Audin/Geaud nº 64, de 13/2/2020).

Após análise da referida Nota Técnica, o Confis solicita à Conab apresentar as justificativas para: **a)** o montante das Receitas Operacionais Diversas, no mês de dezembro/2019 (item 2b da Nota); **b)** os ajustes na conta 46.391.01.00 - Outros Ganhos com Incorporação de Ativos nos meses de novembro e dezembro/2019 (item 2e da Nota).

3.1.2. 4º trimestre/2019 (Ofício Interno Diafi nº 36, de 17/2/2020).

Após exame das demonstrações contábeis do 4º trimestre de 2019, o Confis destaca: **a)** Balanço Patrimonial (BP): redução do Patrimônio Líquido da Companhia, no montante de R\$ 16.625 mil; **b)** Demonstração do Resultado Exercício (DRE): redução da Receita de Vendas e Serviços, no período de um ano, no valor de R\$ 69.175 mil, gerando um Resultado negativo de R\$ 16.625 mil, onde, também, o lucro por ação caiu de R\$ 3,28 negativos para R\$ 8,94 negativos; **c)** Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL): queda das Reservas de Retenção de Lucros de R\$ 53.619 mil, em 31/12/2018, para R\$ 47.522 mil, em 31/12/2019, e o aumento dos Lucros e Prejuízos de R\$ 6.097 mil, em 31/12/2018, para R\$ 16.625 mil, em 31/12/2019; **d)** Demonstração dos Fluxos de Caixa: diminuição da variação nas disponibilidades do valor R\$ 55.053 mil, em 31/12/2018, para R\$ 36.094 mil, em 31/12/2019; **e)** Demonstração do Valor Adicionado e do Resultado Abrangente: aumento do Prejuízo do período do valor R\$ 6.097 mil, em 31/12/2018, para R\$ 16.625 mil, em 31/12/2019.

4. Estruturas de Controle. 4.1. Conhecimento trimestral dos pareceres e dos relatórios emitidos pelos Auditores Independentes e pelo Coaud sobre as demonstrações contábeis - 4º trimestre/2019.

4.1.1. Relatório de Auditoria Independente e Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis, de 18/2/2020. Após exame dos documentos (relatório e parecer) sobre as demonstrações financeiras, referentes ao 4º trimestre de 2019, o Confis registra que a auditoria independente não constatou novas irregularidades a serem reportadas, mas que aquelas já reportadas permanecem sem serem atendidas: ausência de ajuste mensal na conta contábil 1.1.3.9.1.01.01 – Ajuste para Perdas – Subgrupo 113 (C/C 090), no grupo do Ativo Circulante, destinado a refletir movimentação na carteira de créditos da empresa; e ausência de constituição de Provisão para Perdas Estimadas para Créditos de Liquidação Duvidosa, dos créditos de longo prazo, classificados no Ativo Não Circulante.

lal

RZ

JA

O Confis solicita à Conab informações sobre as providências adotadas quanto aos apontamentos da auditoria independente. **4.1.2. Relatório e Parecer do Coaud.** O Confis registra que não foram entregues, ao Colegiado para conhecimento, os referidos Relatório e Parecer. **4.2. Reunião trimestral com a Auditoria Independente e com o Coaud.** O Confis registra a ausência do Comitê de Auditoria e da Auditoria Independente. **4.3. Reunião mensal com a Auditoria Interna (Audin).** O Confis registra que a reunião foi realizada nesta data, conforme previsto. **4.4. Verificação trimestral da situação dos imóveis da Companhia - 4º trimestre/2019. (Ofício Interno Diafi nº 34, de 11/2/2020).** Após exame da documentação, o Confis verificou que o total de imóveis da Companhia passou de 188, no 3º trimestre/2019, para 186, no 4º trimestre/2019. No Pará, o imóvel situado à Rua 5 de abril, s/nº, Marabá, código Conab PA022, foi baixado, no mês de dezembro/2019, por força da decisão desfavorável à Conab nos autos da Ação de Reintegração de Posse, com trânsito em julgado. Em São Paulo, foi realizada a reversão, à União, da integralidade do imóvel situado na Av. Rei Alberto I, 1.450, Santos, código Conab SP0012. O Confis solicita à Conab apresentar, trimestralmente, além do Relatório de Imóveis, relação dos imóveis irregulares e respectivas providências para regularização. **5. Adimplência da Companhia. 5.1. Acompanhamento trimestral da adimplência a compromissos financeiros, bem como da regularidade junto à Receita Federal, Estadual e Municipal; Dívida Ativa da União; Cadastro de Créditos Não Quitados do Poder Público Federal (CADIN); INSS; e Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) – 4º trimestre/2019 (Ofício Interno Diafi nº 38, de 18/2/2020).** Após exame da documentação, o Confis registra que a maior parte das Superintendências Regionais apresenta regularidade nas esferas estaduais e municipais, com exceção dos seguintes Estados: Alagoas, Ceará, Maranhão, Mato Grosso, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Sergipe e São Paulo, cujas justificativas foram transcritas no documento apresentado e que devem ser acompanhadas pela Companhia com intuito de manter sua regularidade. O Confis solicita à Conab apresentar, trimestralmente, além do Relatório de Regularidade Fiscal das Unidades, relação das Unidades irregulares e respectivas providências para regularização. **6. Compras e alienações. 6.1. Exame trimestral das aquisições e contratações da Companhia, especialmente as realizadas por dispensa e inexigibilidade - 4º trimestre/2019. 6.1.1. Licitações da Matriz e das Superintendências Regionais (Suregs).** O Confis registra que não foi entregue documentação ao Colegiado para exame. **6.1.2. Contratações da Matriz e das Suregs (Ofício Interno Diafi nº 35, de 11/2/2020).** Após análise do referido documento, o Confis destaca a contratação de empresa especializada em obras e serviços de engenharia visando a reforma da Sureg/AC. O Confis solicita à Conab cópia do parecer jurídico. **7. Gestão de Risco Corporativo. 7.1. Avaliação trimestral da evolução dos passivos contingentes (cível, trabalhista, tributário, ambiental, dentre outros), do risco de perda e das medidas de natureza jurídica adotadas pela Companhia - 4º trimestre/2019 (Ofício Interno Ascon nº 448, 23/12/2019).** Após exame da documentação, o Confis nada destacou, porém solicita à Conab que o relatório apresentado seja complementado com a relação das ações vitoriosas e perdedoras, além do número de ações por item apresentado. **7.2. Conhecimento trimestral do relatório da área de Riscos, Conformidade e Controles Internos (Sucor) - Relatório de Atividades Sucor nº 02/2020 - 4º trimestre/2019 (Ofício Interno Sucor nº 23, de 3/2/2020).** O Confis tomou conhecimento do referido Relatório e nada destacou. **7.3. Acompanhamento trimestral**



tal

da evolução da situação do plano de saúde e atuarial do fundo de pensão dos empregados com foco em prováveis impactos contábeis e financeiros nas demonstrações contábeis - 4º trimestre/2019. **7.3.1. Plano de Saúde (Ofício Interno Digeop n.º 93, de 12/2/2020).** Após análise do referido documento, o Confis destaca que no ano de 2019 foram efetivados os pagamentos relativos a um período de 13 meses, de dez/2018 a dez/2019, fazendo com que a dotação orçamentária inicialmente estipulada precisasse ser complementada. Ao todo, em 2019, o custo da assistência médico-hospitalar e odontológica concedida pela Companhia, sob a modalidade autogestão por RH, foi de R\$ 51.471.757,62. O Confis solicita à Conab esclarecer a liquidação no valor de R\$ 51.471.757,62, se a dotação atualizada era de R\$ 48.254.568,00 constante da Planilha II. **7.3.2. Cibrius – Instituto Conab de Seguridade Social - Relatório do 4º trimestre de 2019 (CARTA/CIBRIUS/SUP Nº 20, de 10/2/2020).** Após análise da referida Carta, o Confis destaca: **a)** Contratação da dívida da Conab: no dia 26/11/2019, o Termo de Conciliação e de Contratação da Dívida da patrocinadora para com os Planos Conab, Conab Saldado e ConabPrev foi assinado. O Advogado-Geral da União homologou o Acordo, em 29/11/2019, na mesma data em que foram assinados o Contrato principal e seus respectivos Termos Aditivos, restando consignado que o aporte inicial de R\$ 80.311 mil seria pago em dezembro/2019, o que de fato ocorreu, e a primeira parcela a partir de janeiro/2020; **b)** Plano de Desligamento Incentivado (PDI) Conab: o Cibrius encaminhou à Conab a manifestação atuarial solicitada (Parecer Atuarial Mercer nº 96/19), acompanhada de parecer da assessoria jurídica interna de nº 003/2019. Entretanto, após a assinatura do Contrato de Dívida e recebimento do aporte inicial, a Conab solicitou atualização do referido Parecer Atuarial, sugerindo a elaboração de 3 cenários de adesão dos empregados ao PDI, a qual foi remetida à Companhia. O Confis solicita à Conab posicionamento sobre o assunto. **8. Outras Atividades. 8.1. Acompanhamento mensal do atendimento às demandas do Conselho Fiscal. 8.1.1. Ofício Interno Ascon/Confis nº 448, de 23/12/2020:** resposta às seguintes alíneas do item 7.1. da Ata da 291ª Reunião Ordinária do Confis, de 9/12/2020: **a)** alínea “a”: **solicitação atendida;** **b)** alínea “c”: a mídia encaminhada pela Proge não carregou os dados. **8.1.2. Ofício Interno Ascon/Confis nº 449, de 23/12/2019:** resposta à alínea “b” do item 7.1. da Ata da 291ª Reunião Ordinária do Confis, de 9/12/2019. **Solicitação atendida. 8.1.3. Ofício Interno Ascon/Confis nº 450, de 23/12/2019:** resposta ao item 7.2. da Ata da 291ª Reunião Ordinária do Confis, de 9/12/2019. **Solicitação não atendida,** tendo em vista que os riscos financeiros ainda não foram alvo de levantamento pela Sucor. O Confis solicita à Conab que a Sucor priorize o levantamento dos riscos financeiros da Companhia, incluindo-o em seu plano de trabalho. **8.1.4. Ofício Interno Ascon/Confis nº 453, de 23/12/2019:** resposta ao item 4.1. da Ata da 288ª Reunião Ordinária do Confis, de 23/8/2019. **Solicitação parcialmente atendida,** tendo em vista que, no item 4.1. da Ata da 288ª Reunião Ordinária, o Confis solicita à Conab adoção de providências urgentes para solução das pendências. Foram apresentadas informações, apenas, das Suregs MA, MG, PA, PE e SP, faltando das demais Superintendências que se encontravam com CNPJs irregulares. **8.1.5. Ofício Interno Ascon/Confis nº 460, de 27/12/2019:** resposta à alínea “a” do item 1.1.4. da Ata da 292ª Reunião Ordinária do Confis, de 18/12/2019. **Solicitação atendida.** Porém, como o índice de redução de estagiários de 30% não foi atendido e a Companhia comprometeu-se a cumprir até março/2020, o Confis solicita à Conab que a informação seja novamente apresentada na reunião ordinária do Confis, no mês de abril do corrente ano. **8.1.6. Ofício**



Interno Ascon/Confis nº 461, de 27/12/2019: resposta à alínea “b” do item 1.1.4. da Ata da 292ª Reunião Ordinária do Confis, de 18/12/2019. O Conselho acusa o recebimento das respostas e registra que deverá ser mantido informado até o deslinde do processo. **8.1.7. Ofício Interno Ascon/Confis nº 463, de 27/12/2019:** respostas à alínea “d” do item 1.1.4. da Ata da 292ª Reunião Ordinária do Confis, de 18/12/2019: O Conselho acusa o recebimento das respostas e solicita à Audin manifestação acerca da matéria. **8.1.8. Ofício Interno Ascon/Confis nº 464, de 27/12/2019:** resposta à alínea “e” do item 1.1.4. da Ata da 292ª Reunião Ordinária do Confis, de 18/12/2019. **Solicitação atendida.** **8.1.9. Ofício Interno Ascon/Confis nº 466, de 27/12/2019:** resposta à alínea “g” do item 1.1.4. da Ata da 292ª Reunião Ordinária do Confis, de 18/12/2019. **Solicitação atendida.** **8.1.10. Ofício Interno Ascon/Confis nº 468, de 27/12/2019:** resposta às subalíneas da alínea “b” do item 1.1.5. da Ata da 292ª Reunião Ordinária do Confis, de 18/12/2019. O Conselho acusa o recebimento das respostas e solicita à Audin manifestação acerca da matéria. **8.1.11. Ofício Interno Ascon/Confis nº 469, de 27/12/2019:** resposta à alínea “c” do item 1.1.5. da Ata da 292ª Reunião Ordinária do Confis, de 18/12/2019. **Solicitação atendida.** O Confis solicita à Conab informar as recomendações feitas pela SOF. **8.1.12. Ofício Interno Ascon/Confis nº 470, de 27/12/2019:** resposta ao item 1.2.4. da Ata da 292ª Reunião Ordinária do Confis, de 18/12/2019. **Solicitação atendida.** O Confis solicita ser informado quando a solução for efetivada. **8.1.13. Ofício Interno Ascon/Confis nº 471, de 27/12/2019:** resposta ao item 2.2.2. da Ata da 292ª Reunião Ordinária do Confis, de 18/12/2019. **Solicitação parcialmente atendida,** tendo em vista que não foi informado quando o SISCOB será substituído. O Confis registra que a Coordenadora do Grupo de Trabalho, instituído pela Portaria Presi nº 381/2018, informou que a data estimada para conclusão dos trabalhos é 30/4/2020, e solicita à Conab informar o resultado. **8.1.14. Ofício Interno Ascon/Confis nº 472, de 27/12/2019:** resposta à alínea “a” do item 3.1. da Ata da 292ª Reunião Ordinária do Confis, de 18/12/2019. **Solicitação atendida.** **8.1.15. Ofício Interno Ascon/Confis nº 474, de 27/12/2019:** resposta ao item 4.1. da Ata da 292ª Reunião Ordinária do Confis, de 18/12/2019. **Solicitação não atendida.** **8.1.16. Ofício Interno Ascon/Confis nº 476, de 27/12/2019:** resposta às seguintes alíneas do item 7.1.1. da Ata da 292ª Reunião Ordinária do Confis, de 18/12/2019: **a) alínea “a”:** **solicitação não atendida;** **b) alínea “b”:** **solicitação atendida.** **8.1.17. Ofício Interno Ascon/Confis nº 21, de 10/2/2020:** resposta ao item 3.1.1.1. da Ata da 293ª Reunião Ordinária do Confis, de 9/12/2019. **Solicitação atendida.** **8.2. Avaliação anual de desempenho do Conselho Fiscal (Formulário de Avaliação do Conselho Fiscal – Competência 2019).** O Conselho Fiscal procedeu à avaliação de seu desempenho no exercício de 2019, mediante o preenchimento do referido formulário, anexo a esta Ata. **8.3. Verificação mensal do cumprimento da Lei nº 13.303/2016, do Decreto nº 8.945/2016 e das Resoluções da Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União – CGPAR – Janeiro/2020.** **8.3.1. Relatório Sucor nº 08/2020 - Monitoramento da Implementação da Lei 13.303/2016 e do Decreto 8.945/2016 (Ofício Interno Sucor nº 22, de 3/2/2020).** Após exame do referido Relatório, o Confis registra que não houve evolução em relação aos itens pendentes. **8.3.2. Relatório Sucor nº 07/2020 – Acompanhamento das Resoluções CGPAR (Ofício Interno Sucor nº 25, de 3/2/2020).** Após exame do referido Relatório, o Confis nada destacou. **8.4. Acompanhamento trimestral dos Termos de Execução Descentralizada (TEDs) e dos Acordos de Cooperação (Ofício Interno Sucor nº 24, de 3/2/2020).** O Confis registra

FX

JAL
JL

que tomou conhecimento do relatório e nada destacou. **8.5. Acompanhamento mensal do Controle de Pendências.** O Colegiado registra que foi elaborado o Controle de Pendência da Ata da 293ª Reunião Ordinária do Confis, de 5/2/2020, bem como foram efetuados os lançamentos dos atendimentos às solicitações do Conselho Fiscal nas Atas correspondentes. Encaminhe-se cópia desta Ata à Direx; ao Consad; ao Assessor Especial de Controle Interno do MAPA; e à Controladoria-Geral da União (CGU), para conhecimento e providências que julgarem convenientes. E nada mais havendo a tratar, a Presidente agradeceu a presença de todos, dando por encerrada a reunião, da qual, para constar, eu, Regina Maria Pereira Gomide dos Reys, Chefe da Assessoria de Apoio aos Conselhos, lavrei a presente Ata que, após lida e aprovada, vai assinada por mim e pelos Conselheiros presentes.



LÚCIA AÍDA ASSIS DE LIMA

Presidente



FELIPE SOARES LUDUVICE

Conselheiro Titular

**FERNANDO HENRIQUE KOLMANN
SCHWANKE**

Conselheiro Titular



**REGINA MARIA PEREIRA GOMIDE
DOS REYS**

Secretária

FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO DO CONSELHO FISCAL
Competência 2019
Realização março de 2020

Escala de Avaliação		
0 = Não atende		
1 = Atende Parcialmente		
2 = Atende		
3 = Atende Acima		
PLANEJAMENTO DOS TRABALHOS		Nota - 0 a 3
1	O Conselho Fiscal aprova Plano de Trabalho, conforme determina a Resolução CGPAR nº 07/2015.	3
2	O Plano de Trabalho inclui o acompanhamento de assuntos inerentes à atividade econômica em que Companhia atua.	3
3	O Plano de Trabalho vem sendo executado adequadamente conforme planejado.	3
4	O tempo destinado às reuniões do Conselho é adequado.	3
CONHECIMENTO DA EMPRESA E DO SETOR		
5	Toma conhecimento do Planejamento Estratégico e do Plano de Negócios da Companhia (art. 163, inciso I, da Lei nº 6.404/1976).	3
6	Acompanha a execução do Plano de Negócios.	3
7	Acompanha as modificações do Estatuto da Companhia (art. 163, inciso I, da Lei nº 6.404/1976) e Regimentos Internos da Companhia, da Diretoria-Executiva, dos Conselhos de Administração e Fiscal e Comitês de Assessoramento ao Conselho de Administração.	3
FUNCIONAMENTO DO CONSELHO		
8	Elabora o Plano de Trabalho e o calendário anual de reuniões do Conselho Fiscal.	3
9	Avalia eventual necessidade de alteração do Regimento Interno do Conselho Fiscal.	3
10	A divulgação da pauta e das informações é pertinente e em tempo considerado suficiente para analisar e entender essas informações.	3
11	Registra em ata a falta de entrega de documentos.	3
12	As atas das reuniões retratam com clareza e precisão os assuntos discutidos e as deliberações do Conselho.	3
13	Estuda previamente os assuntos constantes da pauta da reunião e participa de forma efetiva das discussões havidas no conselho.	3
14	Preza por uma atuação independente, decidindo em favor do interesse da empresa como um todo.	3
FISCALIZAÇÃO DOS ATOS DE GESTÃO		
15	Examina as atas das reuniões da Diretoria Executiva (Direx) e do Conselho de Administração (Consad) (art. 163, inciso I, da Lei nº 6.404/1976).	3
16	Toma conhecimento das atas das reuniões do Comitê de Auditoria, Riscos, Conformidade e Controles (Coaud) e da Assembleia Geral.	3
DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO		
17	Analisa os balancetes ou demonstrativos contábeis do período, comparando-os com o mes anterior e/ou mesmo período do ano anterior, com ênfase nos principais indicadores econômico-financeiros e operacionais e na evolução das principais rubricas (art. 163, inciso IV e VII, da Lei nº 6.404/1976).	3
18	Examina o registro de ativos fiscais diferidos - crédito tributário (Instrução CVM nº 371/2002 e Normas de Contabilidade).	3
19	Examina os créditos a receber em atraso.	3
20	Avalia, anualmente, a possibilidade de capitalização dos "Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital - AFAC" já apropriados em Balanço.	3
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		
21	Acompanha a execução dos investimentos programados para o ano.	3
22	Examina a execução orçamentária, bem como as razões dos principais desvios dos valores realizados frente aos projetados.	3
ESTRUTURAS DE CONTROLE		
23	Acompanha o atendimento às recomendações ou determinações do Tribunal de Contas da União (TCU) e da Controladoria-Geral da União (CGU) em processos de fiscalização e auditoria, prestação de contas ou tomada de contas especial.	3
24	Toma conhecimento dos pareceres e relatórios emitidos pelos Auditores Independentes e pelo Comitê de Auditoria sobre as demonstrações contábeis.	3
25	Acompanha o Plano Anual da Auditoria Interna (PAINT), a sua execução e o atendimento às suas recomendações.	3

FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO DO CONSELHO FISCAL

Competência 2019

Realização março de 2020

Escala de Avaliação		
0 = Não atende		
1 = Atende Parcialmente		
2 = Atende		
3 = Atende Acima		
26	Reune com a Auditoria Independente e com o Comitê de Auditoria, Riscos, Conformidade e Controles (Coaud), trimestralmente.	3
27	Reune com a Auditoria Interna, mensalmente.	3
28	Verifica a situação dos imóveis da Companhia.	3
ADIMPLÊNCIA DA EMPRESA		
29	Acompanha a adimplência a compromissos financeiros, bem como a regularidade junto à Receita Federal, Estadual e Municipal; Dívida Ativa da União; Cadastro de Créditos Não Quitados do Poder Público Federal (CADIN); Instituto Nacional do Seguro Social (INSS); e Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) (art. 163, inciso I, da Lei nº 6.404/1976).	3
COMPRAS E ALIENAÇÕES		
30	Examina as aquisições e contratações da empresa, especialmente as realizadas por dispensa e inexigibilidade.	3
31	Toma conhecimento das vendas relevantes de ativos da Companhia e atendimento aos requisitos legais (art. 163, inciso I, da Lei nº 6.404/1976).	3
GESTÃO DE RISCO CORPORATIVO		
32	Avalia a evolução dos passivos contingentes (cível, trabalhista, tributário, ambiental, dentre outros), o risco de perda e as medidas de natureza jurídica adotadas pela Companhia.	3
33	Toma conhecimento do relatório da área de riscos, conformidade e controles Internos da Companhia.	3
34	Acompanha a evolução da situação do plano de saúde e atuarial do fundo de pensão dos empregados com foco em prováveis impactos contábeis e financeiros nas demonstrações contábeis (Resolução MPS/CGPC Nºs 26/2008 e 14/2014).	3
35	Analisa o parecer da Auditoria Independente sobre as demonstrações financeiras de encerramento de exercício do fundo de pensão.	3
CÓDIGO DE ÉTICA, OUVIDORIA E CANAL DE DENÚNCIAS		
36	Avalia a aplicação do código de conduta, a sua disponibilização aos empregados e à administração, bem como a realização de treinamentos periódicos sobre o assunto.	3
37	Acompanha os relatórios fornecidos pela unidade responsável pelo recebimento de denúncias relativas a violações ao código de conduta, às políticas e normas da organização da empresa, bem como as ações disciplinares tomadas pela administração.	3
MATÉRIAS SUBMETIDAS À ASSEMBLEIA GERAL		
38	Opina sobre o relatório da administração e as demonstrações contábeis do exercício social, acompanhadas das notas explicativas e dos pareceres da Auditoria Independente e Interna (art. 163, inciso VII, da Lei nº 6.404/1976).	3
39	Assiste às reuniões do Conselho de Administração ou da Diretoria Colegiada em que se deliberar sobre assuntos em que o Conselho Fiscal deva opinar.	3
40	Verifica, ao final do exercício, se a contribuição normal da empresa, na qualidade de patrocinadora, à entidade de previdência complementar não ultrapassa o limite constitucional de 50% (cinquenta por cento) e se há débitos em atraso.	3
41	Opina sobre a destinação do lucro líquido ou da absorção do prejuízo do exercício (art. 163, inciso III, da Lei nº 6.404/1976).	3
42	Examina planos de investimento ou orçamento de capital.	3
43	Examina proposta de distribuição de dividendos.	3
OUTRAS ATIVIDADES		
44	Acompanha o atendimento às demandas do Conselho Fiscal.	3
45	Realiza a avaliação de desempenho do Conselho Fiscal.	3
46	Verifica o cumprimento da Lei nº 13.303/2016, do Decreto nº 8.945/2016 e das Resoluções da Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União (CGPAR).	3
47	Acompanhar os Termos de Execução Descentralizada (TED) e os Acordos de Cooperação.	3